

Estados e governo ainda estão em desacordo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo federal e os governadores estaduais não conseguiram ainda se acertar com relação ao esquema de rolagem da dívida dos estados que prevê o refinanciamento por 20 anos da dívida contratada na forma de empréstimos junto aos bancos oficiais federais e também da dívida mobiliária estadual rodada junto ao mercado.

Decorridos sete meses da publicação da lei da rolagem no Diário Oficial, e depois da aprovação das regras pelo Senado Federal e da definição do que é tomador final — os títulos enquadrados nesta condição não poderão ser rolados nos termos, da lei —, nenhum governador de estado assinou até agora o contrato de rolagem da dívida com a União. Nem mesmo Santa Catarina chegou a formalizar a assinatura do contrato oficial, apesar da cerimônia que marcou as intenções do governo daquele estado, ocorrida no Palácio do Planalto há quase dois meses.

“Nós não temos condições de aceitar a rolagem nos termos em que foram colocados para a dívida

mobiliária”, disse na sexta-feira a este jornal o secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais, Roberto Brandt. Ele referiu-se ao esquema proposto pelo Banco Central, segundo o qual os títulos estaduais sujeitos a rolagem seriam trocados por Letra Financeira do Tesouro (LFT) e refinanciados pelos próprios governos dos estados junto ao mercado, mantidas as regras que prevêem resgates trimestrais pelo prazo de 20 anos.

Segundo Brandt, não era aquele o esquema inicial colocado na mesa de entendimentos no início das discussões. Os governos estaduais davam como certo que a lei da rolagem envolveria o refinanciamento dos títulos estaduais junto ao Tesouro Nacional, a quem os governos pagariam as parcelas do cronograma a cada vencimento trimestral, enquanto os papéis ficariam fora do mercado.

ASSEMBLÉIA

“Se eu for a mercado para financiar papeis de até 20 anos de prazo, vou ter um custo elevado de rolagem que vai representar um aumento de Cr\$ 800 bilhões na minha dívida mo-

biliária, e como eu vou explicar à assembleia que a dívida será ampliada sem que haja qualquer ingresso de recursos no governo?”, argumentou Brandt, sugerindo como alternativa que o próprio banco central banque o deságio que o mercado vai exigir para financiar papéis estaduais por prazos longos.

Aquele é uma hipótese que o BC, de cara, descarta totalmente. “Nossa posição é atender a rolagem da dívida mobiliária dentro das normas já definidas para o estado que estiver interessado”, resumiu para este jornal o diretor de normas do BC, Gustavo Loyola. Desde o início o BC defendia para a dívida mobiliária dos estados a manutenção do esquema introduzido na gestão de Ibrahim Eris pelo qual os papéis estaduais eram trocados por títulos do próprio BC e financiados normalmente em mercado dentro dos limites de endividamento definidos pelo Senado.

Nesse ponto, sempre houve uma maneira diferente de ver o problema entre o BC e o próprio Ministério da Economia, pois para a autoridade monetária a dívida mobiliária dos estados



Gustavo Loyola

é um compromisso assumido com o mercado e não com o Tesouro Nacional.

Recuo

Este jornal apurou que Santa Catarina recuou da assinatura formal do contrato de rolagem quando descobriu que teria de assumir um descaixe no momento da troca de títulos. O governo do Estado de São Paulo tem com relação à rolagem dos títulos as mesmas restrições de Minas Gerais e, além disso, também aponta problemas com relação ao refinanciamento da dívida contratada na forma de emprésti-

mo junto aos bancos oficiais federais. É que para entrar na rolagem da dívida contratual o estado precisa estar adimplente com seus bancos credores — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Meridional e Banco da Amazônia S.A. (BAASA) — no período entre a data de 30 de setembro do ano passado até o dia da assinatura do contrato. Além das já conhecidas dificuldades financeiras dos estados, em que muitos casos não permite a geração de caixa suficiente para quitar aqueles compromissos, há dúvidas também com relação aquilo que seria abrangido pela adimplência, se apenas o principal da dívida, se a correção monetária estaria incluída ou mesmo os juros.

Brandt faz questão de dizer que a situação de Minas Gerais com relação à dívida contratual com os bancos está totalmente regularizada. “Estamos adimplentes e esta parte do endividamento não é problema para nós”, disse ele, defendendo que a lei da rolagem passe a contemplar uma separação entre os

dois tipos de dívida de modo a que possam ser assinados contratos de refinanciamento para a dívida assumida junto aos bancos independente da rolagem da dívida mobiliária.

Em meio às dificuldades, os próprios estados começam a achar que o governo federal já não está tão empenhado em levar adiante o esquema da rolagem: “Viemos a Brasília tentar rolar a dívida do Estado do Amazonas porque não sabemos sequer em que pé está a análise das propostas de negociação, ninguém está falando mais no assunto, mas o banco do estado tem suas pendências”, afirmou à editora Luiza Pastor, deste jornal, o secretário de Fazenda do Amazonas, Sérgio Cardoso. Ele voltou para Manaus na quinta-feira passada sem ter encontrado uma definição para o caso da dívida do seu estado.

Brandt fala quase que diariamente com o secretário de Fazenda do governo de São Paulo, Frederico Mathias Mazzucchelli, sobre o problema da rolagem da dívida e, junto com o Rio de Janeiro, articulam uma nova reunião com os técnicos em Brasília.